

Vol XVI, Núm 2, jul-dez, 2023, pág. 254-265.

DESAFIOS DA JUVENTUDE FACE AO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA: UM OLHAR SOBRE MOÇAMBIQUE

David Silvestre Chabai Mudzenguerere

Resumo

“Que significado deve ter o termo *Desenvolvimento* e que comprometimento para a juventude africana/moçambicana?” é a questão animadora desta reflexão. Não há pior atestado ao desempenho dum país ou duma sociedade do que a suspeita de que não se queira desenvolver (Macamo), já que a força elocutória do desenvolvimento vem precisamente do seu cunho ideológico. Então, quando um país está em guerra, quando as suas elites saqueiam o tesouro público, quando a miséria, a fome, a nudez e a doença predominam nesse país, é a recusa do desenvolvimento que a existência desses males todos significa. O desenvolvimento como “remoção das restrições humanas” (Sen) é provável num contexto comunitário e com um triplo comprometimento juvenil: *com a pátria, com o conhecimento e com a democracia*.

Palavras-chave: Filosofia Africana, Juventude, Desenvolvimento, África.

Abstract

“What meaning should the term Development have and what commitment for african/mozambican youth?” it is the animating question of this reflection. There is no worse testimony to the performance of a country or society than the suspicion that it does not want to develop (Macamo), since the elocutory force of development comes precisely from its ideological nature. So, when a country is at war, when its elites plunder the public treasure, when misery, hunger, nudity and disease predominate in that country, it is the refusal of development that the existence of all these evils means. Development as “removal of human restrictions” (Sen) is likely in a community context and with a triple youth commitment: with the homeland, with knowledge and with democracy.

Keywords: African Philosophy, Youth, Development, Africa.

Introdução

Vários são os desafios que atestam, por um lado, uma África quase “parada” no tempo e, por outro, um grito dela por uma condição melhor. Por outras palavras, continuamos assistindo um pouco por toda África, vida dura, fria e deplorável, mortes desnecessárias; enquanto vários activismos africanos, incluindo a filosofia africana, se movem no sentido de se construir uma África melhor do que a actual. É nessa luta por uma África melhor travada pelos activismos africanos que a presente comunicação reflecte sobre o possível engajamento juvenil africano, respondendo essencialmente a questão: “Que significado deve ter o termo *Desenvolvimento* e que comprometimento para a juventude africana, em geral, e a moçambicana, em particular?”.

Apesar de ter uma componente económica importante, a questão do desenvolvimento é, sobretudo, uma questão política. Vale dizer que a economia deve ser subordinada às escolhas societárias ou às prioridades sociais. De contrário, condenam-se os mais fracos ao ponto de partida, quer dizer ao trabalho forçado, ao colonialismo e mesmo à escravatura (Mudzenguerere,2012:47).

Até que ponto a economia se subordina à política ou à satisfação das necessidades societárias, nas sociedades africanas, inclusive em Moçambique? Ou melhor, até que ponto podemos afirmar que a África ou Moçambique almeja o desenvolvimento?

Da recusa do desenvolvimento

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo afirma, no seu livro *O Abecedário da Nossa Dependência*, que não há pior atestado ao desempenho dum país ou duma sociedade do que a suspeita de que não se queira desenvolver. Pois, a força elocutória do desenvolvimento vem precisamente do seu cunho ideológico ou da sua visão político-social. Quando um país está em guerra, quando as suas elites saqueiam o tesouro público, quando a miséria, a fome, a nudez, e a doença predominam nesse país ou sociedade, não é a extensão/generalização do sofrimento humano que choca, mas o

que choca mesmo, segundo Macamo (2005:25), “é a recusa do desenvolvimento que a existência desses males todos significa”.

Não é o Norte/Ocidente (os ditos países desenvolvidos) que nos manda, como moçambicanos, fazer estradas de pouca dura, escolas e hospitais que qualquer vento leva, para estarmos eternamente fazendo as mesmas estradas, mesmas escolas e mesmos hospitais. Não precisamos de ouvir a indignação de um europeu (embaixadora da Holanda) por compras de carros de muito luxo aos governantes mediante uma grande maioria da população a sofrer não só da falta de transporte, como também da falta de medicamentos, comida, melhores estradas, etc., para tomarmos consciência da nossa negação ao desenvolvimento. Não precisamos, como actores do Estado, que seja a televisão (STV) a nos chamar à atenção sobre a condenada sabotagem do erário público em proveito individual, como foi o caso do INSS ou do Ministério da Agricultura com o Fundo do Desenvolvimento Agrário, para compreendermos o nosso contributo em “mergulhar” Moçambique no fundo do poço. Precisamos de aprender com o doador que hospeda em hotel de 2 estrelas enquanto nós mendigos africanos, ao ir pedir apoios no Ocidente, hospedamos em hotéis de 5 estrelas.

Temos que deixar de ver, como diz Macamo (2005:32-33), a fome e outras calamidades como uma palavra mágica que põe leve o coração de qualquer samaritano deste mundo. Tanta abundância, tanta fome! Temos que ver a fome como ela é, algo que mata e não como algo que dá socorro. Para sermos mais claros, os países africanos “têm querido” ser vítimas de calamidades naturais para receberem doações e, por isso, declararem-se incapazes já de pagar as dívidas.

A maioria das economias periféricas, tomando Moçambique como exemplo, baseou seu crescimento económico em modelos exportadores de *matérias-primas*, *produtos primários* em geral ou manufacturas. Esta opção acabou reforçando uma situação de dependência dos *capitais* e *tecnologias* produzidos pelos países desenvolvidos, e essa dependência acabou limitando também as possibilidades de decisão e acção autónomas destes países periféricos, impedindo que o centro político das forças sociais locais, nesses países, se sobrepusesse ao *mercado* e conquistasse maior autonomia política. Há uma endémica debilidade da burguesia nacional e uma disposição para converter-se em associada menor do capital internacional. Portanto, segundo Macamo (2005:11), a *ajuda* não era apenas um símbolo de compaixão, mas

sobretudo uma forma de alicerçar essa dependência através do envolvimento dos países em desenvolvimento nas teias da economia mundial capitalista.

No quadro do sistema proposto pelo economista britânico, John Maynard Keynes, devia ser obrigatório que países credores investissem nos países devedores de modo a criar condições necessárias à produção da riqueza que iria permitir o serviço da dívida. O programa de reajustamento estrutural que Moçambique tem vindo a levar a cabo desde os meados da década oitenta é na sua essência uma máquina de gerar dívidas. Por vezes, diz Macamo (2005:28-29), quando se conversa com alguns funcionários do Estado moçambicano, é difícil perceber se eles têm consciência de que o seu patrão –o Estado- vive uma existência falsa. Pois, o capitalismo nacional dependente vincula a sua realização crescentemente ao mercado exterior, à medida que o mercado interno é atrofiado e o consumo do Estado é limitado pelo endividamento público.

É só pensarmos em quantos estrangeiros com poder financeiro e tecnológico estão a extrair as nossas pedras preciosas, o nosso pescado, as nossas madeiras, areias pesadas, etc., em nome de moçambicanos que adquiriram licenças de pesca industrial, extracção de recursos minerais, sem poder para tal. E nesse jogo quem mais sai a ganhar não são os moçambicanos, mas os mesmos –os do Norte- que vão determinando friamente a migalha que dá para deixar ao pobre.

Se não é justo que os africanos sejam eternos dependentes do Ocidente, então a saída da dependência à independência e da independência à interdependência na relação com o Norte/Ocidente depende não só dos políticos, mas de todos nós, da nossa mudança de atitudes e sermos proactivos ao nosso desenvolvimento. E que entender sobre o desenvolvimento?

Não queremos que se entenda o desenvolvimento como o aumento de rendimento em si para cada africano; mas o que o aumento do rendimento pode permitir às famílias africanas e, sobretudo, às famílias moçambicanas, em termos de satisfazer as suas liberdades básicas, vale dizer o “desenvolvimento como liberdade”. Ou melhor, queremos entender, com Amartya Sen (2003:14), “o desenvolvimento como remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ‘acção racional’¹”. Para tal, é preciso reconhecer o papel das

¹ Boa acção ou acção moral.

diferentes espécies de liberdades na luta contra tais misérias. Com efeito, a acção individual é, em última instância, essencial para afrontar aquelas privações. Já imaginaram em profissionais como enfermeiro, professor, médico, arquitecto, engenheiro, que fizeram os diversos níveis escolares e suas formações profissionais comprando provas e exames! Esses profissionais são essencialmente construtores ou destruidores? Tanto o indivíduo (aluno) que compra como o indivíduo que vende (professor?) provas e exames são contra o desenvolvimento do País, porque, parafraseando Lyotard, o poder/desenvolvimento de um povo está no conhecimento.

Por outro lado, a liberdade de acção de que individualmente gozamos é inelutavelmente determinada e condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e económicas de que dispomos (instituições e actores públicos sérios e comprometidos com o desenvolvimento do homem moçambicano). Existe, sem dúvida, uma complementaridade radical entre a acção individual e instituições sociais. Portanto, o desenvolvimento ou a remoção das privações africanas, privações moçambicanas passa necessariamente por encarar a liberdade individual como um compromisso social.

Do desafio do desenvolvimento como liberdade

O problema que se levanta é como podemos encarar a liberdade individual como um compromisso social, encarar o desenvolvimento como liberdade de cada indivíduo numa África ou numa sociedade cada vez mais individualizada/neoliberal, onde cada indivíduo/grupo procura satisfazer os próprios interesses sem ter em conta os interesses dos outros? Nós somos uma sociedade de condição neoliberal. E o princípio crucial do neoliberalismo consiste em minar os mecanismos da solidariedade social e ajuda mútua. No neoliberalismo, as instituições de governação – ou outros tipos de associação que poderiam permitir o povo participar na tomada de decisões – são sistematicamente enfraquecidas. Como consequência, não existe sociedade, e sim indivíduos. O neoliberalismo também caracteriza-se pela transparência que é uma coacção sistémica que se apodera de todos os factos sociais e os submete à uma transformação profunda. Segundo Han (2014), a sociedade da transparência não permite “lacunas” de informação nem de “visão”. Neste contexto, a transparência elimina o outro, o estranho ou o não sabido. Ela procede contra a própria natureza dos factos. Pois, tanto o amor, o

pensamento como a inspiração requerem um vazio, uma privacidade. Mas o imperativo da transparência torna suspeito tudo o que não se submete à visibilidade. O invisível não existe, porque não gera qualquer atenção. É nisso que consiste a sua violência. A transparência não é um estado de paz. Todo o espírito profundo tem necessidade de uma máscara. Onde a transparência domina, não se abre um espaço para a confiança. A exigência da transparência faz-se ouvir precisamente quando já não há confiança alguma. A sociedade da transparência é uma sociedade da desconfiança e da suspeita, que, devido ao desaparecimento da confiança, assenta sobre o controlo. É por isso que, na sociedade da transparência, não se forma comunidade alguma no verdadeiro sentido. Surgem apenas acumulações ou pluralidades casuais de indivíduos isolados consigo, de eus que visam um interesse comum, ou se agrupam em torno de uma marca. Falta-lhes o espírito.

A sociedade de condição neoliberal é uma sociedade narcísica. O sujeito narcísico não pode fixar claramente os seus limites. O limite entre ele e o outro esbate-se e retrai-se. O sujeito é a um só tempo o explorador e o explorado. O regime neoliberal esconde a sua estrutura coerciva por trás da aparente liberdade do indivíduo, que deixa de ser entendido como sujeito sob sujeição, mas como desenvolvimento de um projecto, portanto como sujeito que se auto-obriga. É o fim do outro, e com ele o amor. Pois, o amor é uma relação com o outro que radica para lá do rendimento e do poder. Então, despojado da sua alteridade, o outro não pode ser amado, mas tão-só consumido. Nesse sentido, o outro já não é uma pessoa, porque foi fragmentado em objectos sexuais parciais. Numa sociedade sem amor, numa sociedade em que cada indivíduo é objecto de consumo do outro, torna-se impossível uma acção comum, impossível um “nós”, impossível uma comunidade.

Como uma sociedade do *Facebook*, a liberdade e a comunicação ilimitada transformam-se em controlo e vigilância. O segredo, a estranheza, a alteridade e até a privacidade, são tornados em elementos da transparência. É o fim da pessoa e da vontade livre. O neoliberalismo descobre a mente, a *psique*, como uma força produtiva importante para aumentar a exploração de homem pelo homem. Inculca no indivíduo a necessidade de estar sempre a auto-superar-se. O homem neoliberal não fica satisfeito com o que tem e, por isso, precisa produzir cada vez mais, tentando atingir patamares cada vez mais superiores. O capitalismo neoliberal começa a interessar-se mais pelas

emoções, porque pode aproveitar as emoções para vender e vencer. Enfim, o neoliberalismo matou o amor, a comunhão, a confiança e a vontade constante do viver-juntos na sociedade.

O mais provável é que possamos falar do desenvolvimento como liberdade ou remoção das privações num contexto de uma vida vivida em harmonia e cooperação com os outros, uma vida de consideração, de ajuda mútua e de interdependência entre os membros duma comunidade ou sociedade, uma vida em que cada membro participa na efectivação e garantia da liberdade do outro; ou seja, uma vida livre da hostilidade e confrontação, considerada aqui como o próprio da vida em comunidade.

Do triplo comprometimento juvenil

Se concordamos que a essência da comunidade fala acima de tudo do calor da existência em comum, do entendimento mútuo e do amor – o que constitui um elemento de alívio para a vida competitiva e de incerteza constante, a vida fria, dura e solitária que vivemos, então propomos um triplo comprometimento juvenil: *com a Pátria, com o conhecimento e com a democracia*. Entendemos por comprometimento juvenil *com a Pátria* os jovens assumirem dupla responsabilidade: *a responsabilidade individual* do “existir-para-o-outro” e *a responsabilidade colectiva* do papel dos governantes no Estado. Com o “existir-para-o-outro”, como responsabilidade individual, provavelmente reporíamos, nas relações humanas, o amor pelo outro enquanto significa cuidar de alguém fazendo alguma coisa que possa tornar a sorte dele melhor. A atitude moral significa assumir responsabilidade pelo outro; agir no pressuposto de que o bem-estar do outro é qualquer coisa de precioso solicitando o meu esforço no sentido de o preservar e o promover e, por isso, qualquer coisa que eu faça ou que eu não faça o afectará, do mesmo modo que aquilo que o outro faça ou deixe de fazer não anulará a minha responsabilidade pelo que eu próprio faço. Então, a moral significa “existir-para-o-outro” que é incondicional: não depende do que o outro é ou faz, de ser ou não merecedor do meu cuidado, de o retribuir ou não nos mesmos termos. No contexto africano, o “existir-para-o-outro” constitui uma espécie de regresso ao *ubuntu*, ao nosso modo de ser, aos nossos valores: “amabilidade, franqueza, condescendência, afabilidade no trato com o outro, o reconhecimento do mal cometido, o arrependimento, a vontade de reintegrar a comunidade com uma nova

atitude relacional, o perdão e a reconciliação” (Ngoenha,2011).

Se, de facto, o “existir-para-o-outro” (ou o *ubuntuismo*) for a lei de convivência interpessoal, começando da família, como a comunidade social mais pequena, até à dimensão da cooperação entre Estados no mundo, passando pela cooperação e convivência entre as diversas médias comunidades culturais, económicas, desportivas, de questões de género, entre outras que podem constituir o Estado moderno, então não poderíamos ter, em África e no mundo, uns seres humanos morrendo ou vivendo vidas frias e deploráveis enquanto outros não sabem mais o que fazer pelas suas liberdades demasiadamente realizadas. “Existindo-para-o-outro”, evitaríamos conflitos, na sociedade, resultantes de revoltas, invejas, ódios dos incapazes de realizar as suas liberdades humanas pelos que celebram solenemente a liberdade social.

O “existir-para-o-outro” pode remeter a que as comunidades tendam a subsistir por aquilo que promove a comunhão, a unidade, ignorando tudo o que ponha em causa a sua “saúde”, paz e estabilidade. É a confiança reposta, na comunidade e em todas as relações interpessoais, sustentando-se pela qualidade da relação que temos com e sentimos dos outros. Por outras palavras, confiança fundada nas manifestações directas do amor que temos e sentimos com os outros e não por aquilo que nós próprios não vemos e não sentimos e que só os outros aparecem como testemunhas sobretudo de coisas que nem são verdadeiras nem boas e nem úteis.

Se “existir-para-o-outro” significa que sou responsável por definir as necessidades do outro; pelo que é bom e o que é mau para o outro, então isso poderia remeter-me também à grande responsabilidade que devo ter no uso das redes sociais e/ou da internet. É minha responsabilidade usar essas redes sociais com amor e, portanto, para promover o outro ou evitar de tudo que possa pôr em causa a sua dignidade. Recordemos que, no “existir-para-o-outro”, o que faço ou deixo de fazer afecta o outro.

O “existir-para-o-outro” não dá espaço para não amarmos o outro. Porque, a experiência da solidão, do individualismo ou mesmo do nosso egoísmo já nos provou que está-se bem conosco mesmo enquanto em harmonia e paz com os outros. Lembra-nos Bauman (2007) que é por nossa solidão que ansiamos pela coexistência, pela vida em comum. É devido à nossa solidão que nos abrimos ao outro e consentimos que o outro se abra a nós. É devido à nossa solidão que nos tornamos sujeitos morais. E nós

acrescentamos que é na esperança de nos completarmos com o outro que buscamos a vida em comum, que buscamos o viver-juntos.

Mas não bastaria a responsabilidade individual do “existir-para-o-outro”, sem um trabalho constante ao nível dos governantes e instituições do Estado de fazer ver aos cidadãos a importância de um viver-juntos, orientado para a construção de um amanhã comum melhor. É tendo sempre em sua mente que as liberdades dos indivíduos e dos grupos são a única tarefa por que têm poder de dirigir os outros; e que a qualidade da política avalia-se pela qualidade da liberdade ou vida social que os detentores de poderes políticos poderão oferecer, a comunhão, a paz, a união e a reconciliação nas comunidades a todos níveis. O exercício de responsabilidades compartilhadas seria um grande passo em frente no sentido de contribuir para que os cidadãos recuperem as vozes que perderam ou deixaram de tentar tornar audíveis. Se os jovens, enquanto pais ou chefes das famílias e das comunidades, não são os primeiros a se mostrarem firmes e persistentes em ensinar aos outros pelas suas acções que a vida é melhor quando vivida como um “existir-para-o-outro”, não podemos esperar o diferente e melhor dos filhos ou dos restantes membros da comunidade. Cada acção que um líder (entenda-se também aqui pessoa mais velha, professor, pastor/padre) faz é como que a dizer aos outros que aquilo é a fazer. Não há vida sem referências. Que haja boas e muitas referências para que a humanidade melhore!

Para se ser uma pessoa moral, tem de se ter a força e a resistência suficientes para se vencerem as pressões e as tentações no sentido do abandono das responsabilidades conjuntas. A relação dos diversos grupos sociais, das diversas comunidades num Estado como Moçambique depende da postura moral tanto dos políticos (governantes) quanto das instituições. Depois dos dezasseis anos de guerra civil entre a RENAMO e a FRELIMO, vivemos, em Moçambique, vinte anos de Paz resultado dos Acordos Gerais de Paz assinados em Roma, em 1992. Mas porque não fomos moralmente maduros, através das nossas instituições e do sentido de comunhão entre os moçambicanos, na gestão da nossa democracia, eis que voltamos ao conflito armado que matou muitos moçambicanos (e não só) e desestabilizou a economia moçambicana. Depois dos vinte anos de Paz, vivemos cinco anos de perseguições e matanças de uns contra os outros entre irmãos. Faltaram, durante os vinte anos de Paz, razões que mostrassem a todos os moçambicanos a importância de deverem lutar por

um viver-juntos constante. Africanamente, segundo Castiano (2015), o soberano deve ser julgado a partir do seu *ubuntu*, ou seja, da forma respeitosa, carinhosa, afável e desinteressada como ele trata os seus súbditos. Em termos *ubuntuistas*, não há justificação para que soberanos ou pessoas com poder possam ter atitudes autoritárias e desumanas para com os outros. Assim, a esfera da política e do direito (enquanto acto de legislar) devem ser justificadas a partir do princípio *ubuntu*, devem encontrar no *ubuntu* o seu fundamento e sua constante inspiração.

A ser assim, o comprometimento juvenil *com a pátria*, significa os jovens imprimirem uma dinâmica institucional fundada em acções públicas sérias, no sentido de, desde qualquer instituição onde estiverem trabalhando, considerarem a coisa pública como pública e os cidadãos moçambicanos como sujeitos a promover através das suas acções institucionais. O comprometimento com a Pátria implica compromisso com o desenvolvimento do homem moçambicano, equivale a dizer que a riqueza moçambicana, a partir do erário público até aos recursos minerais e bravios, deve ser distribuída pelos moçambicanos. Significa que o jovem deve perder a coragem de “drenar” impostos e outros bens públicos a favor dos seus bolsos e de chantagear o outro para o proveito próprio.

O comprometimento juvenil *com o conhecimento* quer dizer que os jovens moçambicanos devem *amar a sabedoria* no sentido filosófico do termo. Significa, por um lado, que os jovens devem aproveitar todas as oportunidades educativas, desde os valores transmitidos na educação primária até à educação superior, para desenvolver competências úteis ao desenvolvimento individual e colectivo dos moçambicanos. Pois, é com profissionais competentes, de facto e comprometidos com a Pátria, que teremos boa saúde, infra-estruturas boas e duradouras, muita produção de alimentos e boa nutrição, em suma, teremos cientistas de diversas áreas prontos para eliminar as enfermidades, superar os entraves económicos e inventariar confortos sociais de que Moçambique como um todo carece. Por outro lado, os jovens devem conhecer o forte do seu país em termos de recursos ou riqueza, para que as competências a desenvolver sejam favoráveis a uma delapidação desejável desse diamante colectivo para todos os moçambicanos de hoje e os ainda por vir.

Finalmente, o comprometimento juvenil *com a democracia* significa que os jovens devem possuir uma atitude crítica em relação à democracia moçambicana, no

sentido de que, por um lado, esta se fundamente na cultura moçambicana, permita uma participação cada vez maior do povo na tomada de decisões e se oriente sempre pelo sentido de justiça, sobretudo, social. Por outro lado, ver até que ponto as decisões dos moçambicanos de hoje são uma preparação de um futuro melhor para as gerações vindouras.

Considerações finais

A saída da dependência à independência e da independência à interdependência na relação com o Norte/Ocidente, depende não só dos políticos, mas de todos nós, da nossa mudança de atitudes e sermos proactivos ao nosso desenvolvimento. A remoção de vários tipos de restrições que deixam os africanos e moçambicanos pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua acção racional depende do papel das diferentes espécies de liberdades na luta contra tais misérias. Sem dúvidas, a acção individual é, em última instância, essencial para afrontar aquelas privações.

Com uma juventude assente na sua mocidade, nos valores *ubuntuistas* próprios para o contexto do viver-juntos, na sua maioria no país e nesse triplo comprometimento, achamos ser possível, nos próximos momentos, celebrar-se, em Moçambique, o desenvolvimento na sua complexa vertente ou simplesmente como remoção das restrições humanas.

Referências bibliográficas

1. BAUMAN, Z. (2007). *A Vida Fragmentada: Ensaios sobre a Moral Pós-moderna*. Lisboa, Relógio d'Água Editores.
2. CASTIANO, J. P. (2015). *Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjectivação com Viegas*. Maputo, Editora Educar-Universidade Pedagógica.
3. HAN, B. C. (2014). *A Sociedade da Transparência*. Lisboa, Relógio d'Água.
4. MACAMO, E. (2005). *O Abecedário da Nossa Dependência*. Maputo, Moçambique Celular.
5. MUDZENGUERERE, D. S. Ch. (2012). “Da Liberdade Ontológica Sartriana à Liberdade Historicizada Ngoenhiana”. Dissertação apresentada ao Programa de

Mestrado em Educação/Ensino de Filosofia, da Universidade Pedagógica de Moçambique, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação/Ensino de Filosofia.

6. NGOENHA, S. E. (2011). “Ubuntu: Novo Modelo de Justiça Glocal?”. In: NGOENHA, S. E. e CASTIANO, J. P.. *Pensamento Engajado: Ensaio sobre Filosofia africana, Educação e Cultura política*. Maputo, Sociedade Editora Educar-Universidade Pedagógica.
7. SEN, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa, Gradiva.

Recebido: 30/11/2022. Aceito: 2/1/2022. Publicado: 1/7/2022.

Autor:

David Silvestre Chabai Mudzenguerere,
Doutorado em Filosofia,
Docente na Universidade Licungo - Quelimane,
Moçambique,
Email: chabai1977@yahoo.com.br